

PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Andrea de Oliveira Gonçalves

Centro de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis
Universidade de Brasília

André Ribeiro da Silva

Centro de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais
Universidade de Brasília

RESUMO. A utilização de metodologias ativas na capacitação de agentes públicos torna a aprendizagem mais significativa quando está conectada a situações do cotidiano e quando o discente assume papel ativo na resolução de problemas. Aliada à modalidade de educação a distância (EaD), constitui estratégia fundamental para formação desses agentes no Brasil, por sua capacidade de reduzir desigualdades regionais e ampliar o acesso a cursos pós-graduação. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem ofertado milhares de vagas, evidenciando o potencial desse modelo para alcançar agentes públicos em todas as esferas da administração pública. Nesse contexto, o presente relato analisa o desenvolvimento de projetos de intervenção como estratégia de trabalho de conclusão do curso de Governança Pública de Sistemas e Serviços de Saúde. Compreendido como metodologia ativa de aprendizagem, o projeto de intervenção permitiu aos discentes articular teoria e prática em seu próprio ambiente de trabalho ou em nível local. Apesar dos desafios relacionados ao acesso a tecnologias, recursos financeiros e apoio institucional, os projetos foram desenvolvidos por 60 discentes distribuídos em várias regiões do país, e apresentaram como resultados imediatos o fortalecimento da autonomia discente e a criação de instrumentos de inovação organizacional, cujos efeitos recomendam a incorporação dos aprendizados na rotina institucional. Consolidado como mecanismo inovador de formação, o desenvolvimento do projeto promoveu a capacitação de agentes públicos, a inovação e a melhoria na entrega dos serviços à população, fortalecendo, assim, a formação crítica e aplicada dos profissionais, que pode gerar impacto direto em seus contextos de atuação.

Palavras-chave: Projetos de intervenção. EAD. Agente público. Administração Pública. Relato de experiência.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006, constitui-se como uma política pública voltada para a democratização do acesso ao ensino superior, com foco no desenvolvimento e oferta de cursos na modalidade de educação a distância (EaD), em articulação com universidades públicas federais, estaduais e municipais.

Em consonância com a legislação, a prioridade do Sistema UAB é a formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica, bem como a oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento destinados a dirigentes, gestores e demais profissionais vinculados à rede pública de ensino. Nesse sentido, a EaD assume um papel estratégico ao viabilizar a qualificação em localidades historicamente marcadas pela ausência ou baixa capilaridade da oferta pública de ensino superior.

Em 2022, o Programa UAB abriu 90 mil novas vagas em cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, das quais cerca de 75 mil foram efetivamente confirmadas após o processo de seleção do Edital 09/2022 (CAPES, 2022). Essa expansão direcionou-se principalmente a municípios do interior do país, atendendo também servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais, em consonância com a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica e de agentes públicos.

A literatura enfatiza que a EaD no setor público representa uma estratégia crucial para a qualificação de profissionais, considerando os desafios impostos pelas transformações contemporâneas da administração pública. Quando observada a implementação de cursos e a formação é mediada por tecnologias digitais há a possibilidade de construir novos perfis profissionais, de forma que sejam mais adequados às exigências de um Estado em constante reconfiguração. Da mesma forma, permite ainda atender à demanda por capacitação de grande contingente de trabalhadores em regiões remotas, democratizando o acesso ao conhecimento (Moran, 2015; Peters, 2001).

Nessa perspectiva, uma universidade federal na região do Centro-Oeste, por meio de parcerias com diversos polos da UAB, desenvolveu cursos de especialização na área de governança, contabilidade e finanças públicas, com vistas a estimular a adoção de novas práticas de gestão e a incorporação de conceitos emergentes, como tecnologias de informação e comunicação e inteligência artificial aplicada ao setor público. A proposta busca alinhar-se ao princípio da educação permanente, contribuindo para a qualificação de agentes públicos nos municípios afastados dos grandes centros urbanos e para o fortalecimento da governança no setor público (Secchi, 2016; Matias-Pereira, 2021).

Este trabalho apresenta a experiência de implementação desses cursos de especialização, destacando a aplicabilidade dos conhecimentos mediados como ferramenta de capacitação profissional. Além da abordagem teórica, o trabalho final de curso estruturado no formato de **projetos de intervenção**, os alunos desenvolveram ações

diretamente relacionadas às demandas de suas instituições de origem. Esses projetos permitiram a aplicação prática dos conteúdos estudados, favorecendo a resolução de problemas concretos no âmbito da administração pública, especificamente no contexto da governança pública de saúde. Além disso, estimularam a transformação das práticas institucionais. A adoção de projetos de intervenção aproxima a formação acadêmica das realidades locais (Thiollent, 2011), potencializando o impacto da EaD na qualificação profissional. Dessa forma, a iniciativa evidencia a contribuição da EaD como instrumento de modernização da administração pública, ao mesmo tempo em que fomenta a inovação, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de competências essenciais à gestão das organizações estatais no Brasil.

2 PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA PRÁTICA DA CONCLUSÃO DE CURSO

O relato de experiência constitui-se como um gênero acadêmico que busca sistematizar e refletir criticamente sobre práticas vivenciadas em contextos educacionais, profissionais ou institucionais. Nesta ação, observa-se a identificação de resultados, dificuldades, estratégias e aprendizados que possam inspirar novas práticas (Minayo, 2012). Esse tipo de produção assume papel relevante ao possibilitar a socialização de práticas inovadoras e a análise de como o conhecimento teórico pode ser aplicado em situações concretas do setor público, em especial na área da contabilidade (Barbosa; Moura, 2013; Thiollent, 2011).

Nesse contexto, o presente relato decorre do desenvolvimento de projeto de intervenção concebido como estratégia pedagógica de trabalho de conclusão no curso de especialização em Governança Pública de Sistemas e Serviços de Saúde, concluído em 2024. A estratégia, como trata de metodologia ativa, integrou os conteúdos teóricos às necessidades reais das instituições de origem dos estudantes, favorecendo a construção de soluções práticas para problemas de gestão e prestação de serviços públicos. Ainda assim, ousar implementar um projeto de intervenção significou ir além da mera assimilação conceitual, promoveu de fato, a experimentação de ferramentas de governança, métodos de gestão, contabilidade e controle social capazes de impactar de forma direta e efetiva o cotidiano organizacional (Freitas; Prado, 2016).

No campo da gestão aplicada ao setor público, essa prática mostra-se particularmente relevante, pois possibilita que os profissionais em formação testem

instrumentos de governança, *accountability* e finanças públicas em seus ambientes de trabalho. O relato de experiência aqui apresentado, portanto, não se limita a descrever os resultados obtidos, mas evidencia o potencial dos projetos de intervenção como instrumentos de aprendizagem significativa, de inovação pedagógica e de qualificação profissional voltada ao fortalecimento da administração pública.

De acordo com o projeto pedagógico, o objetivo central neste curso de Governança Pública de Sistemas e Serviços de Saúde é capacitar os profissionais para a análise e avaliação das contas públicas, além de instrumentalizá-los com ferramentas e conceitos que favoreçam uma reflexão crítica sobre sua prática de governança pública, inclusive no campo das políticas de saúde.

Neste sentido, o curso envolveu diferentes setores e segmentos sociais locais reforçando a vivência da intersetorialidade, uma vez que os participantes desenvolvem suas atividades profissionais e acadêmicas no mesmo espaço social. Tal aproximação permitiu a identificação de situações-problema e a elaboração de ações transformadoras que podem contribuir para a mudança efetiva da realidade local.

Desta forma, foi dado a continuidade de avaliação e monitoramento do curso através de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Ciências da Saúde, da União de Brasília, sob número de CAAE 62060516.5.0000.0030, parecer 4.858.839 de 20 de julho de 2021. A coleta dos dados foi realizada nos meses de maio de 2023 e julho de 2024 e os seguintes resultados serão apresentados em seguida. Importa salientar que os dados foram coletados em formulário específico.

2.1. Projetos de Intervenção: do desenho à aplicação

Neste relato, 60 discentes realizaram a tarefa final do curso de Governança Pública de Sistemas e Serviços de Saúde. A tarefa final foi proposta no Projeto Pedagógico do Curso e tratou de forma objetiva o desenvolvimento de uma ação no local de atuação dos profissionais, discentes do curso.

No primeiro momento, os discentes foram estimulados a eleger as áreas de pretensão para o desenvolvimento do projeto, na perspectiva da governança pública. Entre os respondentes o tema mais indicado foi **“gestão dos serviços de saúde”** (cerca de 49%); o segundo tema mais indicado voluntariamente foi **“governança, saúde e sociedade”** com

24%. Outros temas com percentuais abaixo de 5% cada foram **ética comportamental, organização e gestão da política de saúde brasileira e saúde e sociedade**. Isso indica que o foco central dos trabalhos está voltado à gestão dos serviços de saúde, seguido por temas de governança e financiamento. Já ética e organização política aparecem mais como dimensões complementares.

O resultado dos projetos apresentados pelos discentes revelou de forma mais aprofundada um conjunto de ações que se concentraram em 4 grandes eixos que foram agrupados de acordo com o título final dos projetos, dos quais apresentam-se em **gestão e governança pública (eixo1); redução de filas e eficiência hospitalar (eixo2); prevenção e saúde coletiva (eixo 3); inovação tecnológica voltada à equidade (eixo 4)**.

Ao interpretar os trabalhos do eixo **gestão e governança pública** percebe-se que a centralidade de assuntos focada em termos como **Aplicação, Controle, Sistema, Gestão e Pública**. Ou seja, há evidência que a maior parte dos projetos busca aprimorar a administração e a eficiência dos serviços de saúde. Segundo Paim (2018), a governança em saúde é condição fundamental para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), integrando mecanismos de planejamento, monitoramento e *accountability*.

Ao tratar do eixo **eficiência e redução de filas**, observa-se a proeminência de palavras como Tempo, Espera, Hospital e Cirúrgico. Demonstra-se, portanto, que há forte preocupação com a redução de filas e otimização dos fluxos da oferta dos serviços, sejam eles hospitalares ou em unidades de atendimento. Mendes (2019) destaca que a gestão eficiente dos serviços é essencial para garantir acesso oportuno e minimizar desigualdades no atendimento.

No eixo **prevenção e saúde coletiva**, o destaque de Dengue, Vetor, Doença, Educação e Sexual indica a ênfase em estratégias de prevenção e promoção da saúde, especialmente no combate a doenças transmissíveis e na educação em saúde. De acordo com Buss e Pellegrini Filho (2007), políticas preventivas ampliam o impacto social das ações de saúde e reduzem custos de médio e longo prazo. Por fim, no eixo 4 - **inovação tecnológica voltada à equidade**, fica claramente destacado que a **tecnologia e Inovação**, apresentam-se com palavras recorrentes como **digital, conectada, integrada, software e virtual**. Isso sugere a adoção crescente de ferramentas digitais na gestão em saúde. Silva e Viana (2021) apontam que a transformação digital no SUS favorece a integração de dados, a telemedicina e a regulação inteligente dos serviços. Na outra ponta, a ocorrência do termo

equidade está diretamente associada à **responsabilidade social** que reflete a preocupação com a justiça social e a garantia de acesso universal. Conforme Campos (2019), a equidade deve orientar a formulação de políticas públicas de saúde, reforçando o caráter democrático e inclusivo do SUS. Isso confirma a literatura que aponta a necessidade de combinar **eficiência organizacional, prevenção de doenças, inovação digital e princípios de equidade** como pilares para o fortalecimento da administração pública em saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato evidenciou a experiência de desenvolvimento de projetos de intervenção como estratégia pedagógica na etapa final do curso de especialização em Governança Pública de Sistemas e Serviços de Saúde. A iniciativa demonstrou que a inserção de agentes públicos em processos formativos voltados às áreas de governança, contabilidade e finanças públicas configura-se como prática inovadora, ao possibilitar a elaboração de soluções aplicáveis ao cotidiano da gestão pública.

Constatou-se que tais projetos apresentam potencial para gerar respostas de baixo custo e, ao mesmo tempo, promover ganhos de eficiência em diferentes serviços prestados à população. Além disso, reforçam a importância da articulação entre teoria e prática, contribuindo para a consolidação de competências essenciais à melhoria da administração pública.

Em termos de resultados, a proposta consolidou-se com êxito ao promover a formação e a qualificação de agentes públicos de distintas regiões, ampliando sua capacidade de atuação crítica e estratégica. Assim, a experiência pode ser considerada exitosa não apenas como ferramenta pedagógica, mas também como mecanismo de fortalecimento da oferta de serviços públicos mais eficientes, transparentes e alinhados às necessidades sociais.

As iniciativas apresentaram limitações pela ausência de avaliação de médio e longo prazo, o que dificultou medir sustentabilidade e impacto real. A continuidade foi comprometida por fatores como rotatividade de servidores, falta de apoio das chefias e carência de infraestrutura. Do ponto de vista pedagógico, tratou-se de uma estratégia formativa voltada ao aprendizado dos participantes. O foco não foi a resolução integral dos problemas públicos, mas a formação prática e crítica. Ainda assim, a experiência promoveu inovação, equidade e melhorias pontuais nos serviços públicos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. F.; MOURA, A. D. *Relatos de experiência e práticas pedagógicas inovadoras em educação a distância*. São Paulo: Pearson, 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Edital nº 09, de 3 de fevereiro de 2022*. Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/editais-uab/edital-no-09-2022-chamada-para-articulacao-de-cursos-superiores-na-modalidade-ead-no-ambito-do-programa-universidade-aberta-do-brasil-uab>. Acesso em: 10 set. 2022
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- CAMPOS, G. W. de S. Equidade e saúde: um olhar crítico sobre a construção do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 2203-2211, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.05572019>. Acesso em: 13 jul. 2025.
- FREITAS, A.; PRADO, G. *Metodologias ativas: um olhar sobre a aprendizagem*. Belo Horizonte: Penso, 2016.
- MATIAS-PEREIRA, J. *Governança no setor público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MENDES, E. V. Entrevista: As redes de atenção à saúde no SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 447-452, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.32372018>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (org.). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2015. p. 13-25.
- PAIM, J. S. Sistemas universais de saúde e o futuro do Sistema Único de Saúde (SUS). *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 2, p. 38-51, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S502>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- PETERS, O. *Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2016.
- SILVA, A. B.; VIANA, A. L. Transformação digital na saúde: oportunidades e desafios para o SUS. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 957-974, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200363>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Acesso em: 22 ago. 2025.

Sobre os autores

Andrea de Oliveira Gonçalves

Doutora pela Universidade de São Paulo. Professora associada na Universidade de Brasília. Líder do CEIGES – Centro de Estudos, Desenvolvimento e Inovação da Gestão em Saúde. Editora científica da Revista Gestão e Saúde (ISSN1982-4785). Coordenadora de curso de especialização Governança Pública de Sistemas de Saúde na modalidade EAD.

Email:andreagon@unb.br

André Ribeiro da Silva

Doutor pela Universidade de Brasília. Líder do NESPROM – Nucleo de Estudos e Promoção da Saúde. Pesquisador no CEIGES – Centro de Estudos, Desenvolvimento e Inovação da Gestão em Saúde. Coordenadora adjunto do curso de especialização Governança Pública de Sistemas de Saúde na modalidade EAD.

Email:andreriibeiro@unb.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.